BOLETIM

ANO XXII | Nº 8 | MAIO DE 1999

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

NILSON FREITAS



A APUBH MAIS PERTO DO PROFESSOR

Autonomia e GED são os temas de interesse da comunidade universitária que vêm despertando maior interesse nos debates e *happy hours* promovidos pela Apubh nas diversas unidades da UFMG, como a Belas Artes (foto). No próximo dia 29 será a vez da Medicina.

Autonomia para cobrar?

O governo realiza estudos para instituir a cobrança de mensalidades nas universidades públicas brasileiras e o primeiro passo nessa direção é a substituição do atual sistema universitário por um mais "independente" – a autonomia. Os estudos foram confirmados pela primeira vez pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, em entrevista à revista inglesa "The Economist", informa o 'Correio Braziliense' de 11 de junho, em sua página 5.

O jornal informa também que alguns representantes do departamento de educação inglês vêm visitando o Brasil desde o ano passado, oficialmente para conversar sobre o novo modelo de crédito educativo lançado em maio na Inglaterra. Os ingleses, entretanto, confirmam a troca de informações sobre a cobrança de mensalidades.

"Não estamos incentivando ninguém a adotar nosso modelo, mas respondemos freqüentemente a consultas do MEC e da Capes, disse ao "Correio Braziliense" o presidente do Conselho Britânico no Brasil, Howard Thompson. Até há poucos meses, nenhum estudante pagava às universidades federais inglesas. Agora, todos os alunos, carentes ou não, têm de pagar.

Enquanto isso, o MEC se prepara para enviar ao Congresso, a qualquer momento, projeto que concede autonomia a 52 instituições federais de ensino superior – uma proposta que não tem o aval das entidades representativas dos professores, nem dos reitores, nem dos estudantes.

Entretanto, mesmo que a implantação da autonomia não seja definida ainda em 1999, a UFMG já vai adotar uma "matriz autônoma" de distribuição de recursos entre suas unidades, a partir do próximo ano, como informou ao "Estado de Minas" o reitor Sá Barreto. Na mesma entrevista, Barreto diz que a autonomia é um assunto que ainda deverá ser amplamente discutido. Mas, ao mesmo tempo, defende sua implantação imediata, "para permitir o crescimento das universidades".

Asssembléia dos professores realizada em 26 de maio aprovou avaliação feita pela diretoria da Apubh a respeito dos pontos centrais da autonomia. Em seu primeiro item, o documento lembra: "A autonomia tem sido historicamente entendida pelo Movimento Docente como referente à liberdade intelectual e acadêmica do professor para o exercício de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, livre de pressões ideológicas e/ou salariais que o coajam a ações acadêmicas que não as de sua convicção, no sentido de preservar a liberdade de criação e de transmissão do saber". E acrescenta: "A Constituição da República reconhece quatro autonomias – dos estados, dos municípios, do Ministério Público e das universidades -, bem como subordina a autonomia administrativo-financeira e de gestão à autonomia acadêmica".

Na mesma sexta-feira, 11, em que o "Correio" publicava a reveladora declaração do ministro Paulo Renato, a presidente da Apubh, Laura Miccoli, participou de reunião da Comissão Institucional para Discussão da Autonomia na UFMG, presidida pela vice-reitora Ana Lúcia Gazzola, que apresentou uma minuta para análise. Feita a análise, foram apresentadas as sugestões de modificações na proposta. Após nova redação, o documento será mais uma vez submetido aos fóruns institucionais de discussão do tema na universidade.

ENTREVISTA

"Temos, pelo menos, de saber o que não queremos"

A professora Danusa Dias Soares, da Educação Física, acredita que a autonomia seja bem-vinda, mas faz coro com a maioria da comunidade universitária, que reclama por um maior amadurecimento dos debates sobre o tema. Entre seus temores está o desmantelamento da unidade do Sistema Federal das Instituições de Ensino Superior e o fracionamento do Movimento Docente. Membro do Conselho Universitário, ela critica a pequena participação da comunidade na discussão de temas como a elaboração do novo estatuto e a definição de critérios de pontuação para fins de recebimento da GED. Danusa aplaude a proposta de flexibilização curricular e lamenta que a educação tenha "recebido uma banana" do presidente que conquistou o voto de muitos de seus colegas. Conheça, nesta breve entrevista, seus posicionamentos sobre alguns temas que se destacam entre as preocupações dos docentes da UFMG:

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA – É bem-vinda, mas com cautela e preocupação, já que a UFMG está puxando o carro. O reitor colocou essa vontade em seu discurso de posse. Diversas questões ainda estão sem resposta. Como vamos manter a unidade do Sistema Federal de Instituições de Ensino Superior com as adesões aos contratos de gestão? A carreira única será mantida? Não mantê-la significa fracionar o Movimento Docente. O que vai acontecer com os aposentados? Seria criado um fundo de aposentadoria? O grande problema técnico é a questão do orçamento. A prestação de serviços fortaleceria algumas unidades, mais vocacionadas para essa área, em detrimento de outras. Esse processo ainda precisa amadurecer muito, senão muita gente vai se assustar, já que a participação da comunidade nas discussões tem sido muito pequena. Se ainda não sabemos exatamente o que queremos, precisamos saber ao menos o que não queremos. Outra questão: por que não tentar assegurar a unidade do sistema federal pelo menos em Minas, buscando uma proposta unificada de autonomia?

ESTATUTO – A elaboração do novo estatuto revelou uma certa apatia da comunidade universitária, que não participou dos debates como se esperava. E não foi por falta de chamamento. As exceções ficaram por conta do Hospital das Clínicas e da Engenharia, que participaram muito, mas as discussões deveriam ser amplamente setorizadas. O novo estatuto foi concebido para permitir uma mudança de regime. É menos burocrático, mais aberto, o que facilitará a implantação de mudanças como a adoção da flexibilização curricular.



Danusa: FHC "deu uma banana"

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR – É uma ótima idéia, que tem todo o meu apoio. Já passou da hora de abandonarmos os currículos herméticos, que frustram o desejo de muitos de se aprofundarem em determinadas áreas, diante da falta de oportunidades. Temos de buscar a universidade do conhecimento. Reconheço que sua implementação apresenta dificuldades técnicas, mas será uma mudança sem dúvida muito salutar.

GED – Ela trouxe para a universidade uma relação de produção totalmente equivocada, já que a produção intelectual não pode, evidentemente, ser aferida de forma tão predominantemente quantitativa. Há muitas distorções, que apontam para a necessidade de uma rediscussão ampla, que inclua os critérios de pontuação, considerando-se sempre as especificidades de cada área de conhecimento acadêmico.

PREVIDÊNCIA SOCIAL – É um absurdo querer cobrar dos aposentados e aumentar ainda mais as alíquotas de quem se encontra em atividade. Nós não temos de pagar pelos graves erros cometidos por sucessivos governos.

GOVERNO FHC – Ele se revelou muito mais cedo do esperávamos, com essa idéia liberal apoiada pelo PFL e por Antônio Carlos Magalhães, sem nenhum compromisso social. Infelizmente, muitos colegas nossos votaram no "colega". E o que aconteceu? Ele "deu uma banana" para a educação. Está destruindo a ciência e a tecnologia, inviabilizou o CNPq. Perdemos até o inimaginável e ele ainda conseguiu se reeleger, embora com apenas 30% dos votos dos brasileiros. E agora continua destruindo a educação e impondo ao país um esmagador programa de privatizações.

SOBERANIA NACIONAL – É certamente a última coisa em que FHC pensa. Não podemos nos esquecer de que a Universidade também é uma questão de soberania nacional. E a Universidade "ganhou uma banana" do presidente.

Apubh quer reabrir o diálogo sobre a GED

A Apubh recebeu da Reitoria uma negativa formal, fundamentada tão-somente na interpretação literal de dispositivos legais, ao recurso que requeria a revisão de decisões da Comissão Institucional da Gratificação de Estímulo à Docência.

Em 11 de junho, a presidente da entidade, Laura Miccoli, reuniu-se com a vice-reitora, Ana Lúcia Gazolla, em busca de uma solução política para o impasse criado.

A Apubh continuava aguardando, até o fechamento da edição deste "Boletim", uma resposta ao pedido de reabertura das discussões sobre o mérito das decisões consideradas prejudiciais aos professores.

Entre as principais reivindicações apresentadas pela entidade, estão a possibilidade de introdução de correções nos INAs, em sua maioria elaborados às pressas, diante das pressões dos prazos; a revisão dos critérios estabelecidos para os professores que se encontram em capacitação; e a atribuição de pontos aos professores que trabalham no regime de 20 horas.

38º Conad

"Universidade e a Crise Nacional" é o oportuníssimo tema do 38º Conad – Conselho Nacional das Associações de Docentes, que se realiza nos próximos dias 26 a 27, no Rio de Janeiro. Esse tema central se dividirá em três outros: "O Movimento Docente Frente ao Governo Fernando Henrique Cardoso: Atualização e Implementação do Plano de Lutas", "Autonomia Universitária e Carreira Docente Face às Iniciativas do MEC e da Andifes" e "Questões Organizativas e Financeiras".

C & T

Vinte e três sociedades científicas nacionais, entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), divulgaram no final do mês passado manifesto em defesa da ciência e da tecnologia em Minas Gerais e, especialmente, da Fapemig, fundação de apoio ao setor no Estado, que vem sediando congressos nacionais e internacionais sem, pela primeira vez, contar com estímulo financeiro da entidade, o que frustrou as expectativas de participação de diversos estudiosos mineiros. O manifesto denuncia que a Fapemig vem recebendo recursos tão-somente para a formação de recursos humanos, o que inviabiliza o financiamento de projetos científicos e tecnológicos. "A situação é crítica e pode estrangular o desenvolvimento do Estado em todas as áreas. Isso seria condenar Minas a um retrocesso com graves conseqüências para seu futuro econômico", adverte o documento.

Cooperação

Com apoio financeiro do CNPq, o professor Domingos Giroletti, da UFMG, organizou e editou os "Anais da 2ª Conferência Anglo-Brasileira de Negócios", evento que reuniu em Belo Horizonte, em setembro de 97, acadêmicos brasileiros, britânicos e norte-americanos, além de estudantes interessados em discutir temas ligados à história econômica e de negócios, as relações bilateriais Brasil-Reino Unido e aspectos relacionados ao desenvolvimento destes países.

Eleições

A Comissão Brasileira de Justiça e Paz está patrocinando projeto de lei de iniciativa popular para combater a corrupção eleitoral, dando mais eficácia à Justiça Eleitoral no combate à compra de votos de eleitores. Será necessário obter 1,1 milhão de assinaturas, das quais cerca de 500 mil já foram coletadas. Encarte nesta edição do "Boletim da Apubh" reproduz o projeto de lei, relaciona as entidades que o apóiam e traz formulário para a adesão dos interessados à proposta, que deverá ser enviado à sede da entidade.

Jurídico

A partir de agosto, a Dra. Carlésia Martins Augusto cumprirá novos horários na Apubh, para ampliar e melhorar o atendimento aos associados. Na sede da Pampulha, ela estará à disposição dos professores ativos e aposentados de segunda a quinta-feira, entre 10 e 12 horas. No PA da Medicina, atenderá em todas as sextas-feiras, no mesmo horário.

Aposentados

O Departamento de Aposentados também vai mudar o horário de suas reuniões, a partir de agosto. Seus membros continuarão a se reunir nas quintas-feiras, mas de 10 às 12 horas.

A associação precisa do seu e-mail

Para agilizar e melhorar sua comunicação com os professores da UFMG, com mensagens e notícias freqüentes de interesse de todos, a Apubh está elaborando um cadastro de *e-mails*.

Para isso, solicita que eles sejam enviados à entidade o mais rapidamente possível, seja pelo próprio correio eletrônico, por fax ou telefone. Nos dois primeiros casos, o título da mensagem deve ser "Cadastro de E-Mails".

Via e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

Via telefone: (031) 441-7211

Via fax: (031) 441-1303

Contribuição de aposentados e novas alíquotas

Embora satisfeitos com as liminares que suspenderam a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados e o aumento das alíquotas pagas pelo funcionalismo em atividade, uma nova ameaça se apresenta: a Presidência da República, através da Advocacia Geral da União, impetrou no Supremo Tribunal Federal, no último dia 9 de junho, ação de constitucionalidade da Lei 9.783/99, para que sejam suspensas todas as liminares pertinentes a essas questões.

Com isso, possivelmente, as lides adquirirão um ritmo mais rápido, em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Ou a lei será julgada constitucional e os descontos serão feitos imediatamente, sendo suspensas nossas liminares, ou será declarada a sua inconstitucionalidade, cessando a angústia de todos os funcionários atingidos. Tal decisão é vital para a tranqüilidade de todos nós.

Departamento de Aposentados

Pesquisa expõe caos na seguridade

O discurso oficial não cansa de repetir: o principal responsável pelo crônico e crescente déficit público do país são os gastos feitos na área social. Mas isso será mesmo verdade? Não, não é verdade, conclui a Pesquisa sobre a Seguridade Social dos Servidores Civis, patrocinada pela Apubh e coordenada pelos professores-doutores Elias Antônio Jorge, Carlos Eduardo Ataíde Castro e José Henriques Maia Filho.

Na realidade, análise da política de alocação de recursos do Orçamento Geral da União, feita pelos pesquisadores, demonstra que o verdadeiro vilão das contas públicas nacionais não é outro senão o pagamento de juros e amortizações das dívidas interna e externa, reforçado pelas exorbitantes taxas de juros.

A cada hora, o país gasta 48. 384 salários mínimos com o pagamento de juros e amortizações das dívidas externa e interna

Os números apurados, se esclarecem, também estarrecem. O país gastou no ano passado, apenas com os encargos financeiros da União (unidade orçamentária de sigla EFU), nada menos do que R$ 55,1 bilhões. Isso equivale a pagamentos mensais de R$ 4,6 bilhões, ou 34,8 milhões de salários mínimos. A cada hora, em 1998, o país desembolsou, para honrar apenas encargos de empréstimos, a não menos assustadora quantia de 48.384 salários mínimos.

Outra informação difundida pela propaganda oficial e questionada pelos pesquisadores é a de que a aposentadoria dos servidores públicos civis tem caráter premial, ou seja, é concedida sem contrapartida contributiva, consumindo R$ 20 bilhões por ano, enquanto o recolhimento mensal sobre a folha dos servidores em atividade é pouco superior a R$ 2 bilhões.

O que a propaganda não esclarece, e a pesquisa desmitifica, é que a receita citada é apenas dos empregados civis e a despesa se refere a civis, com R$ 13,3 bilhões, e militares, com R$ 7,4 bilhões. Este valor, 70% superior aos gastos com militares ativos, indica uma brutal crise de financiamento das reformas e pensões das Forças Armadas. Para financiá-las, aponta o estudo, seria necessária a absurda alíquota de 170% de desconto na remuneração.

Os professores lembram que após 1990, com a implantação do Regime Jurídico Único, o conjunto das contribuições de empregados e empregador (isenções autoconcedidas) ficou próximo dos 40% sobre o valor da remuneração paga, com 12% do empregado, 8% do FGTS e 20% do empregador. "Evidentemente, qualquer plano de previdência se viabiliza com tais montantes em menos de 15 anos, desde que haja gerenciamento adequado", observam os pesquisadores, acrescentando mais uma indagação, sobre onde foram parar os 8% do FGTS que deixaram de ser depositados a partir de 1991.

Para facilitar a compreensão da lógica governamental que tem norteado a execução do Orçamento Geral da União, o comitê coordenador da pesquisa adotou a metodologia de publicação de informativos seqüenciais, editados à medida em que os trabalhos se desenvolvem. O Informativo nº 1, já disponível, tratou dos dados relativos à dotação e execução orçamentária e financeira de 1998, chegando às seguintes conclusões, entre outras:

1- são as taxas de juros que tornam os encargos da União insuportáveis;

2- não são os programas da área social, nem a despesa com pessoal, que provocam o déficit público, e sim os encargos financeiros;

3- as aposentadorias dos civis nada têm de premial e as dificuldades de pagamento são frutos da imprevidência e dos problemas causados pelas dívidas interna e externa.

O Informativo nº 2 analisará os dados relativos à Lei Orçamentária anual para 1999 e o nº 3 examinará os dados da execução de janeiro de 1995 a dezembro do ano passado. Entidades ou pessoas que desejem obter outras informações ou colaborar com dados e aporte de recursos para viabilizar a continuidade e o aprofundamento do trabalho podem contatar a Apubh, utilizando o telefone (031) 441-7211, o fax (031) 441-1303 ou o *e-mail* correio@bhnet.com.br.

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1º VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues
2ºVICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar d'Araújo Couto

1º SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi
2º SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli
2º TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1º SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira
2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

EXPEDIENTE

DIAGRAMAÇÃO
Mary Oliveira de Assis
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMTb 2216/MG

TIRAGEM: 3.500 exemplares

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br

Os textos deste "Boletim" podem ser reproduzidos livremente, desde que citada a fonte.